



Avelino José Faria Lima

O RISCO DE REINCIDÊNCIA EM CONDENADOS POR CRIME DE ROUBO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
2012

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Título

O RISCO DE REINCIDÊNCIA EM CONDENADOS POR CRIME DE ROUBO

Avelino José Faria Lima

Julho 2012

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor ***Jorge Negreiros*** (F.P.C.E.U.P.).

Agradecimentos

Decorreram cinco anos desde o início deste projeto.

É o momento de recordar e agradecer a todos aqueles que me permitiram terminar este percurso.

À minha esposa e filhos, pelo amor, paciência, apoio incondicional e compreensão que tornou possível superar as adversidades que foram surgindo.

À Polícia Judiciária, nobre instituição, que honradamente sirvo à 17 anos, e que me permitiu conciliar as atividades profissionais e académicas, sempre com elevação.

Ao Professor Doutor Jorge Negreiros, meu ilustre orientador nesta obra, pela crítica constante que tornou possível a definição do estudo e o seu constante melhoramento, pela presença constante e incondicional em todo o processo, e pela compreensão decorrente das minhas necessidades de compatibilização de horários, nos nossos encontros.

À Direção Geral dos Serviços Prisionais, por permitir a realização deste estudo, disponibilizando-me os meios necessários.

Ao Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira superiormente dirigido pela sua ilustre Diretora, Dr^a Elisabete Dias e pelo corpo da Guarda Prisional daquele E.P., chefiado pelo Chefe, Quadrado, pelo apoio prestado na recolha dos dados.

Aos reclusos que acederam participar neste estudo, conscientes que a sua participação em trabalhos académicos constitui uma via na melhoria do sistema no qual são parte.

À Doutora Cristina Soeiro, pelo auxílio prestado na obtenção das necessárias autorizações dos autores dos instrumentos utilizados e pelas discussões sobre o tema, sempre muito enriquecedoras.

À Doutora Sandra Vieira, minha querida colega de profissão, pelo apoio incondicional prestado.

E por fim, porque foram e são muito importantes no meu percurso pessoal e académico, a todos os meus amigos e colegas, por tudo que me proporcionam.

A TODOS, um sentido MUITO OBRIGADO!

Resumo

A ideia para este trabalho surgiu de uma constatação baseada na percepção de duas décadas de trabalho na área da Justiça, que me levaram a admitir como forte hipótese para a realidade nacional da incidência criminal, existir uma forte taxa da reincidência.

Ao longo destas duas décadas, muitos foram os casos da terceira detenção, pelo mesmo ilícito criminal em que intervim. As estatísticas oficiais que acedia, confirmavam essa dramática realidade.

Culminar um percurso académico, na área de especialização dos comportamentos desviantes e da justiça, conduziram-me a procurar algumas das explicações para as minhas percepções resultantes da minha realidade profissional.

A oportunidade que me foi concedida de proceder a estágio académico em meio prisional, reforçou ainda mais as minhas percepções. A instituição prisional possui diversas valências e oferece à população reclusa educação, trabalho e outras atividades de características lúdico/ocupacionais, não duvidando que com o objetivo da reeducação e ressocialização do recluso, de forma a prevenir a reincidência.

Procurar obter conhecimento do aparente insucesso nesta área, diagnosticar as falhas do sistema, perceber os fatores de risco e intervir nos mesmos, reorientando os esforços do sistema, para a população que mais necessidades tem e mais motivada está para os receber.

A metodologia utilizada foi, num primeiro momento conhecer, através de uma amostra de cidadãos nacionais, reclusos reincidentes no crime de roubo, quais os que se identificavam com um estilo de vida criminal e seguidamente apurar junto da amostra o risco de reincidência, em função de variáveis que a investigação, tem demonstrado serem das mais relevantes para a aferição desse risco.

Os dados recolhidos através dos dois instrumentos aplicados, foram analisados com recurso ao programa estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), na tentativa de encontrar respostas às variáveis mais preditivas do risco de reincidência criminal em ofensores com história de reincidência já registada.

Por fim, porque a investigação possui um objetivo e destinatários, nas conclusões finais, fornecem-se algumas pistas, na perspetiva da mudança.

Palavras-Chave: Crime violento, roubo, reincidência, inserção, fatores de risco.

Abstract

The idea for this work came from a conclusion based on the perception of two decades of work in the area of Justice, which led me to admit as a strong case for the reality of national crime statistics, the existence of a high rate of recidivism.

Throughout these two decades, there were many reports of a third detention for the same criminal offense that I have intervened. The official statistics that I have observed, confirmed this dramatic reality.

To culminate an academic path, in the area of specialization of delinquency and justice, led me to seek some of the explanations for my perceptions resulting from my professional reality.

The opportunity given me to carry on an academic training in prison, further reinforced my perceptions the prison institution has various aspects and provides the inmate population education, work and other activities play / occupational type, not doubting that for the purpose of rehabilitation and resocialization of prisoners in order to prevent recurrence.

To seek knowledge of the apparent failure in this area, diagnose system failures, understand the risk factors and intervene in them, redirecting the efforts of the system to the population who have needs and are more motivated to receive them.

The methodology used was at first to know, through a sample of national citizens, prisoners, that repeated the crime of theft, which they identified with a criminal lifestyle and then determine within the sample the risk of recurrence, according to variables that the investigation has shown to be the most relevant to assessing this risk.

The data collected through two instruments used were analyzed using the SPSS statistical program (**S**tatistical **P**ackage for the **S**ocial **S**ciences) in an attempt to find answers to the most predictive variables of risk of recidivism in offenders with a history of recurrence already registered.

Finally, because research has a purpose and addressee, in the final conclusions, a few clues are provided, in the perspective of change.

Keywords: violent crime, robbery, recidivism, inclusion, risk factors.

Resumé

L'idée de ce travail m'est venue en me rendu compte du fait que, selon mon expérience de deux décennies de travail au domaine de la justice, il ya une énorme chance que nous ayons un taux élevé de récidive, en ce qui concerne notre réalité criminelle.

Tout au long de ces deux décennies, j ai participé, pour de nombreuses fois, a une troisième arrestation pour la même infraction. Les statistiques officielles confirment cette dramatique réalité.

Finir un parcours académique dans le domaine de la spécialisation des comportements déviants et de la justice, m'ont amené à vouloir chercher quelques explications pour certaines de mes idées liées à ma réalité professionnelle.

L'opportunité qui m'a été donné de suivre un stage dans une prison, a renforcémes perceptions, l'institution pénitentiaire a des aspects divers et fournit del'éducation à la population prisonnière, du travail et d'autres activités ludiques, ne me doutant pas, que le but de la rééducation et la resocialisation des prisonniers, est essayer d'empêcher la rechute.

J'ai cherché à comprendre le pourquoi de la défaite apparente dans ce domaine, de diagnostiquer les échecs du système, de comprendre les facteurs de risque et d' y intervenir, guider les efforts du système envers la population qui a le plus besoin et qui a de la motivation à les recevoir.

La méthodologie utilisée a été, d'abord, connaitre à travers d'un échantillon national de citoyens prisonniers récidivistes dans le crime de vol/braquages, lesquels se sentaient identifiés à un certain mode de vie criminelle et de déterminer, para la suite, le risque de récidive, selon des variables que l'investigation a démontré étant les plus pertinentes, pour évaluer ce risque.

Les données recueillies à travers les deux instruments utilisés, ont été analysées en utilisant le programme statistique SPSS (pour les Sciences Statistical Package the Social) pour essayer de trouver des réponses aux variables les plus prédictives, du risque de récidive chez les délinquants ayant des antécédents de récidive déjà enregistrés.

Finalement, parce que la recherche a un but et des destinataires, les conclusions finales, fournissent quelques indices, tout en attendant quelques changements.

Mots-clés: les crimes violents, le vol, la récidive, réinsertion, facteurs de risque.

Índice	9
Introdução	10
Enquadramento teórico à reincidência – conceito e implicações legais	13
Crime violento e o roubo	15
Definição legal de crime violento	15
Definição legal do roubo	15
A motivação pela investigação deste crime	16
Institucionalização e reinserção	21
O sistema prisional e o da reinserção	23
A reinserção do indivíduo recluso	28
Método	31
Investigação	31
Caracterização da amostra	31
Descrição dos instrumentos	33
LCSF - R – Lifestyle Criminality Screening Form – Revised	33
LSI – R – Level of Service Inventory – Revised	35
Procedimento	38
Hipóteses de investigação	40
Enquadramento das questões de investigação	41
Resultados	45
Apresentação e discussão dos resultados	45
Discussão dos resultados, utilidade e validade do estudo	51
Conclusões e implicações do estudo	53
Referências bibliográficas	55
Anexo A	59

Introdução

“Quando a justiça desaparece, a vida na terra deixa de ter valor”

Kant

Em Portugal os estudos mais recentes, desenvolvidos em população prisional, têm sido desenvolvidos por Torres (2007) e Gonçalves e Vieira (2005), o primeiro dirigido às problemáticas relacionadas com a toxicodependência e o segundo a agressores sexuais.

Dos trabalhos de Torres (2007), partindo de amostra aleatória que representa cerca de 20% da população prisional, importa para a presente investigação, os dados relativos à reincidência. Resulta daqueles trabalhos que 40,6% dos indivíduos reclusos nas prisões em Portugal são reincidentes. Destes 42,8% já tinham sido presos uma vez anteriormente e 32,6% contabilizavam duas penas anteriores de prisão efetiva. O escalão etário predominante da distribuição da reincidência situa-se entre os 26-35 anos com 43,4%.

Gonçalves e Vieira (2005), no âmbito de projeto mais abrangente, estudaram a avaliação do estilo de vida criminal dos ofensores sexuais, tendo como amostra, população reclusa portuguesa, em busca de pistas relacionadas com o risco de violência e a probabilidade de reincidência naquele crime.

Na temática que se pretende estudar, surge recentemente os trabalhos de Neves (2009), em investigação dirigida à caracterização e avaliação de risco de criminosos violentos. O seu trabalho dirigiu-se a uma das grandes lacunas do conhecimento científico em Portugal, a ausência de instrumentos de avaliação de risco, tendo dado um importante passo para a utilização de instrumentos de avaliação de risco no nosso País, que a presente investigação explorará, dando o seu singelo contributo.

O reduzido investimento da comunidade científica portuguesa nesta área, teve como consequência primeira a identificação de uma clara lacuna de instrumentos estruturados de avaliação de risco de reincidência, validados à população portuguesa e uma escassa ou quase inexistente prática profissional, da avaliação de risco de reincidência destas populações alvo.

O tema que se propõe estudar, a reincidência criminal em geral e a registada em criminosos violentos em particular, é motivado pelo facto de a investigação internacional, em países como os Estados Unidos da América, Canadá, Reino Unido ou a Austrália, onde este tema tem merecido importância elevada, ter concluído que os ofensores reincidentes são responsáveis por uma proporção significativa do crime detetado e não detetado (e.g. Farrington, 2003; Wolfgang, 1987), citados por Neves (2009).

Estudos anteriores, da 2ª metade da década de 70, (Conrad & Dinitz, 1977), citados por Rocha (2002), concluem que 61% dos crimes violentos são cometidos por criminosos crónicos.

Numa época onde o discurso político nesta área é fortemente marcado, pelo controlo das taxas de criminalidade, pela preocupação com a segurança pública e pela responsabilização da Justiça por muitos dos acontecimentos que marcam a atualidade, a investigação sobre reincidência criminal pode fornecer um contributo alargado, na compreensão do crime, causas e fatores explicativos, proporcionar *feedback* sobre o funcionamento do sistema prisional e de reinserção social, no que reporta à sua função ressocializadora e um conhecimento mais abrangente do próprio Sistema de Justiça Penal Português, que tem como uma das suas finalidades a redução da criminalidade.

Propõe-se dar um pequeno passo, contribuindo para que Portugal, seguindo os países atrás referidos, inicie de forma sustentada, uma atividade de investigação científica em meio académico e institucional, produzindo conhecimento a atualizar de forma constante, contribuindo dessa forma para que os sistemas, prisional, reinserção e no global o de justiça português, no cumprimento dos seus objetivos legais, obtenha sucesso na redução da reincidência criminal.

A importância deste objetivo ganha mais atualidade quando se apurou que num levantamento realizado em 2006 envolvendo 41 países europeus, apenas 14 tinham efetuados estudos de larga escala sobre reincidência até essa data, Neves (2009). Portugal estava então, entre os 19 países europeus que não possuía, naquela data, qualquer tipo de investigação sobre reincidência.

Efetivamente e pese quase meio século de investigação sobre reincidência e do consenso sobre a sua importância, os estudos em Portugal são praticamente inexistentes (Pedrosa, 2003).

Na nossa vizinha Espanha os trabalhos de (Redondo, Sanchez-Meca & Garrido, 1999), marcam a atualidade do tema.

Assiste-se em Portugal a meros trabalhos de natureza estatística, importantes para alimentar a investigação mas que não vão muito além de caracterizações demográficas, que em nada contribuem para o conhecimento do comportamento criminal e quais os resultados obtidos com a intervenção do Sistema de Justiça.

A presente investigação propõe-se ir ao encontro da necessidade de obtenção de conhecimento empírico nesta matéria, a exemplo do que noutros países já foi feito. Tal conhecimento será certamente oportuno para o Sistema de Justiça Português, para a Direção Geral dos Serviços Prisionais e obedece a um dos objetivos do recente regulamento das prisões, art. 91º, nº 1, al. e) “*prevenção da reincidência*”, acreditando-se que poderá constituir um instrumento útil para todos os profissionais que trabalham nesta área.

Pretende-se ainda, com este estudo, dar um importante passo, ao qual outros certamente se seguirão, designadamente dando uma maior abrangência da população estudada, o alargamento a outras tipologias criminais e proceder-se a um “*follow-up*” destes indivíduos após a sua libertação, a exemplo das boas práticas de investigação seguidas noutros países.

Introdução teórica à reincidência - Conceito e implicações legais

Fazendo uma retrospectiva do tema de forma a percebermos a relevância do seu estudo dividimos essas considerações em três áreas distintas, a reincidência, o crime violento e o cruzamento da psicologia com aqueles.

A reincidência criminal, encontra o seu enquadramento legal (a perspetiva a utilizar neste estudo) no artigo 75º, do código penal português, identificando o reincidente como *“é punido como reincidente quem, por si só ou sob qualquer forma de participação, cometer um crime doloso que deva ser punido com prisão efetiva superior a 6 meses, depois de ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena de prisão efetiva superior a 6 meses por outro crime doloso, se, de acordo com as circunstâncias do caso, o agente for de censurar por a condenação ou as condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência contra o crime”*, sendo que não releva para a reincidência se entre o crime anterior e o novo, tiverem decorridos mais de 5 anos.

A reincidência é a face mais visível da não efetividade da reinserção social. Portugal a contrário de outros países pouco tem feito para reduzir os números da reincidência. Inglaterra, País de Gales e França, são exemplos de países europeus onde as autoridades tomaram medidas concretas. Nos dois primeiros países referidos, os agressores sexuais e violentos, pelo *Sex Offenders Act*. de 1997, revisto em 2003, foram obrigados a serem registados durante um período mínimo de 5 anos a perpétua, em função da gravidade da condenação. Esta obrigação envolve muitas entidades e para além de ser um mecanismo formal de controlo dos agressores, promove informação válida para as vítimas, Albuquerque (2004).

A vertente ressocializadora tem sido no nosso país, o parente pobre do sistema de justiça e o nosso legislador, parece depositar toda a sua esperança na cominação legal prevista no referido art. 75º da lei penal, cujos efeitos remetem-nos apenas para os efeitos das penas aquando da verificação da reincidência.

O domínio penal prevê ainda uma outra solução, para os casos de perenidade de comportamentos perigosos (violentos) persistentes, a figura jurídica da pena relativamente indeterminada, art. 83º a 85º. Relativamente a esta figura jurídica, que sendo uma pena e não uma medida de segurança, a jurisprudência releva sempre a importância de ser aferida

a personalidade do agente da infração, dado o fim desejado ser o da correção e recuperação social do delinquente. Trata-se de um instrumento muito pouco utilizado, sendo que em 1999, apenas se registou uma condenação, sinal evidente que esta solução não tem muita procura e o problema persiste, (Rocha, 2001).

Inovação recente, que reforça a busca de soluções para o problema da reincidência, é o regime jurídico que define a política criminal, com periodicidade bienal. A atual lei dá orientações muito genéricas e ténues ao prever no art. 2º sob o título de “Objetivos Específicos” o de “*Garantir o acompanhamento e a assistência a agentes acusados ou condenados pela prática de crimes, designadamente quando haja risco de continuação da atividade criminosa*”, não preconizando contudo como cumprir tal objetivo, facto que se deve, acredita-se, ao reduzido conhecimento científico sobre o tema em Portugal.

O tema não adquiriu relevância apenas nos dias de hoje. Em Portugal, Almeida (1971), estudou a questão da reincidência tendo como questão central a determinar qual o intervalo da reincidência após a libertação. Aquele estudo, envolvendo jovens adultos da Prisão – Escola de Leiria, concluiu que 37% dos insucessos ocorreram nos primeiros seis meses de liberdade, 61% no primeiro ano e 71% nos dezoito meses após a saída da prisão. Uma das conclusões daquele estudo foi a presença, não quantificada, de elevada população prisional jovem, que havia passado por estabelecimentos tutelares de menores. Outra conclusão foi que o risco da reincidência é mais agudo nos primeiros dois anos de liberdade, sugerindo o reforço nos cuidados com a reintegração.

O comportamento humano alvo do nosso estudo remete-nos para uma realidade assustadora, seja o homem como ser violento, será mesmo o único animal a destruir, por hábito, os da mesma espécie, a tirar prazer de infligir mal aos seus semelhantes e o único que representa um perigo para a própria continuidade da sua espécie (Storr, 1968).

Crime violento e o Roubo

Definição legal de crime violento

A definição de crime violento é fundamental para o balizamento do estudo que se propõe realizar.

O código de processo penal português define inequivocamente, na perspetiva jurídica, aquela que será utilizada na presente investigação, o crime violento, enunciando no seu artigo primeiro que se considera “*Criminalidade violenta*” as condutas que “*dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a cinco anos.*”

Definição legal do roubo

Artigo 210.º do Código Penal Português

Roubo

1 - Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 - A pena é a de prisão de três a quinze anos se:

a) Qualquer dos agentes produzir perigo para a vida da vítima ou lhe infligir, pelo menos por negligência, ofensa à integridade física grave; ou

b) Se verificarem, singular ou cumulativamente, quaisquer requisitos referidos nos n.º 1 e 2 do artigo 204.º, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do mesmo artigo.

3 - Se do facto resultar a morte de outra pessoa, o agente é punido com pena de prisão de oito a dezasseis anos.

A motivação pela investigação deste crime

Importa espreitarmos a realidade nacional sobre esta problemática criminológica, considerando os números da criminalidade participada sobre este crime.

O mais recente relatório de segurança interna (Relatório Anual de Segurança Interna, RASI - 2011) enuncia que naquele ano, no capítulo “Criminalidade violenta e grave”, foram registados, pelos três principais OPC’s - GNR, PSP e PJ -, 24.154 crimes violentos e graves. Conclui o mesmo relatório, em termos comparativos com o ano anterior, ter ocorrido uma diminuição de 302 ocorrências, que corresponde a um decréscimo de 1,2%. Prosseguindo-se a análise daquele relatório, naquele capítulo, diretamente relacionado com o presente estudo, temos que os *crimes com maior relevo, em termos absolutos, continuam a ser o roubo na via pública (exceto por esticção) (8.396 ocorrências), o roubo por esticção (7.918) e a resistência e coação sobre funcionário (1.744), os quais, no seu conjunto, representaram 74,76% deste tipo específico de criminalidade.*

Efetuada uma análise aos comportamentos criminais que se inserem nesta tipologia, verificou-se que o roubo assume elevada relevância estatística no panorama da criminalidade nacional a que acresce ter-se detetado uma significativa população reincidente por aquele crime, entre a população reclusa do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira.

A opção em exclusivo pelos reincidentes naquele crime teve também o contributo resultante da relação manifesta desta população delinquente com a teoria que enforma a presente investigação, a teoria do estilo de vida criminal e com os resultados que se perspetivam, procurar predizer o risco de violência futura, seja a reincidência, (Walters, 1998).

O interface da reincidência, crime violento, reinserção e da psicologia, resulta numa primeira abordagem do facto de estudarmos comportamentos humanos, que pese o facto de serem exercidos por uma minoria afetam a generalidade das pessoas, nas sociedades onde os mesmos se registam e onde possuem grande impacto.

É uma evidência clara que mais fácil será prevenir aquilo que se consiga prever, o que releva ainda mais o estudo da reincidência criminal, tendo em vista futura previsão da sua ocorrência, para o qual se destaca o contributo da Psicologia, como ciência do

comportamento, a qual, nesta área deve dedicar-se a procurar fatores e processos associados ao comportamento criminal.

A presente investigação, dirige-se à violência individual, dado esta implicar motivação agressiva e uso de ação física dirigida a outro indivíduo como refere Megargee (1982), citado por Rocha (2002).

Seguindo aquele autor, são vários os fatores individuais que predizem a inclinação do indivíduo para a violência, indicando, a título de exemplo, a falta de controlo dos impulsos, fraca tolerância à frustração, crenças extremistas, falta de empatia e sociabilidade, (Rocha, 2002).

Prosseguindo na busca do conhecimento explicativo sobre tais comportamentos, Gonçalves (1999), baseando-se na teoria do estilo de vida criminal de Walters (1990, 1998) refere a importância de serem consideradas as condições pessoais e sociais do indivíduo que condicionam a sua predisposição para a vida criminal como a vinculação social, necessidade de estimulação, busca de sensações e autoconceito pobre.

O ato delinquente assume-se como sendo aquele que se baseia no contacto oficial com o tribunal, Negreiros (2008) e todo o crime violento registado teve na sua origem um comportamento. Esse acredita-se, teve origem em fatores explicativos que só o delinquente poderá identificar.

Como prevenir a reincidência é certamente o desejo que os cientistas sociais ambicionam, McGuire (1995), com a obra *What Works: Reducing Reoffending*, citado por Wexler (2008), considera que as técnicas de reabilitação mais promissoras são as de orientação cognitivo-comportamental, partindo do pressuposto que muitos dos atos criminosos são resultado da impulsividade dos indivíduos, promovendo-se com aquelas técnicas, o adquirir de competências de resolução de problemas.

Na sua “*Jurisprudência terapêutica: como podem os tribunais contribuir para a reabilitação dos transgressores*”, Wexler (2008) faz uso dos ensinamentos de Maruna S. (2001), sugerindo aos Juízes que adotem uma filosofia de reabilitação dos agressores, não se limitando exclusivamente a punir, no seguimento do normativo legal, mas relevando também as características positivas que o agressor tenha demonstrado ao longo de todo o processo, num reforço da identidade própria daquele.

Autor atual e incontornável nesta matéria, por toda a sua obra é Farrington, que nos seus vários trabalhos nos fornece pistas a serem equacionadas pelos profissionais que laboram no terreno.

Aquele autor caracteriza o agressor, maioritariamente, como sendo um indivíduo de sexo masculino, nascido em família de baixos rendimentos e de pouco suporte social. Os pais apresentam dificuldades de supervisão, usam técnicas desadequadas na educação dos filhos marcadas por técnicas agressivas e períodos de ausência, bem como tendem a apresentarem-se em conflito ou separados. O jovem delinquente apresenta na escola baixas competências de realização, elevada hiperatividade e dificuldades na interação com os seus pares de escola mas em contraponto, enorme facilidade em se associar a outros jovens, também delinquentes que passam a ser os seus pares de eleição. Analisando o percurso do jovem agressor refere que aquele não se esgota, temporalmente, no período escolar. Após a saída da escola, os comportamentos tendem a tornarem-se mais versáteis e a especializarem-se, até atingirem a segunda dezena de anos de vida, altura em que tais comportamentos declinam, por ação quer dos casamentos quer da coabitação com a mulher ou parceira, respetivamente. Prosseguindo a sua análise do agressor, refere que após a terceira década de vida os indivíduos, uma percentagem deles, em função de divórcios e separações, iniciam um novo percurso, marcado pelo recrudescer de consumos de álcool e drogas, aumento da violência, comportamentos que vão marcar o futuro das crianças, filhos destes indivíduos, concluindo que por esta via, perpetua-se um ciclo geracional de agressividade.

Em estudo longitudinal com base em estatísticas oficiais, muito recente, sobre transmissão intergeracional, Besemer & Farrington, (2012), aqueles autores concluíram que *de forma surpreendentemente, que a intensidade da carreira criminal do pai não irá prever a intensidade da carreira do filho. Os resultados daquele estudo confirmam os resultados de estudos anteriores (ver, por exemplo, Bijleveld e Wijkman, 2009; Farrington et al, 2001; Ferguson, 1952; Gorman-Smith et al, 1998;. Rowe e Farrington, 1997; Thornberry, 2005; Wilson, 1975) que demonstram que ter um pai condenado aumenta a possibilidade e o número de condenações dos filhos. No entanto, prosseguem aqueles autores ao contrário do que esperavam, com base em teorias taxonómicas e teorias sobre a transmissão intergeracional, não há diferença entre filhos de criminosos esporádicos e mais persistentes.*

As conclusões daquele estudo, como muito bem sugerem os autores, remetem-nos para a dimensão política, no âmbito das políticas de intervenção no sistema de Justiça, com

população criminosa, defendendo que não deve haver nenhuma distinção na intervenção entre os infratores esporádicos e os persistentes, se queremos evitar a transmissão intergeracional.

Os indivíduos que optam por carreiras criminosas, frequentemente variam entre os valores sociais convencionais e os das subculturas criminais. Destes, alguns prosseguem as suas carreiras, praticando crimes cada vez mais sérios, acumulando detenções e outras consequências penais, enquanto outros simplesmente as abandonam, (Clinard & Meier, 2008).

A análise sequencial dos delitos cometidos num determinado período de tempo, remete-nos para a noção de carreira delitiva¹. Para esta, torna-se necessário a identificação dos diferentes momentos que marcam essa carreira, o início, a manutenção e o *terminus*, analisando-se também a frequência e a intensidade desses diversos momentos (West e Farrington, 1977); (Garrido, 1990).

Garrido (1990), considera importantes quatro fatores que se associam ao início e manutenção das carreiras delitivas: a idade e reincidência; tipologia delitiva; realidade prisional vivida pelo indivíduo; forma de saída da prisão (com ou sem liberdade condicional).

Em Portugal, Semedo Moreira (2008) profissional de referência da Direção Geral dos Serviços Prisionais em estudo dedicado ao insucesso das saídas precárias, instrumento relevante que ensaia e prepara o recluso para a futura libertação e consequente aproximação à sociedade que ofendeu, concluiu que estas licenças são atribuídas de forma transversal a todos os reclusos, não considerando nesse processo quaisquer características do indivíduo, sociodemográficas, penais e, inclusive, da altura do ano em que aquelas são concedidas.

Na atualidade, os cientistas desta área do conhecimento, numa visão mais coerente com a riqueza e complexidade do fenómeno criminoso e as suas diversas variáveis,

¹ Uma carreira criminal é uma sequência de crimes cometidos em diferentes idades; tem um começo (início), um fim (desistência) e um período de tempo entre o início e a desistência (duração).

assumem uma perspectiva integrativa como teoria explicativa para aquele, (Farrington, 2004).

Estando a presente investigação dirigida ao estudo do risco de reincidência dos agressores do crime de roubo, impõe-se considerar os ensinamentos de Andrews e Bonta (2006), referidos por Neves (2009). Aqueles autores agrupam o risco de reincidência geral em *quatro fatores que são os principais preditores do comportamento criminal e que potencialmente terão o maior valor causal na sua explicação (designados de “big four”): a história de comportamento antissocial, um padrão de personalidade antissocial, as cognições antissociais e os pares antissociais*. Àqueles fatores principais acrescem outros *quatro cuja associação com o comportamento criminal é moderada: as circunstâncias familiares/conjugais, a escola ou o trabalho, o lazer e as atividades recreativas e o abuso de substâncias*. Em conjunto com os “big four”, estes oito fatores são conhecidos como os “central eight”. Associam ainda a estes oito fatores um conjunto de outros, com menor força preditiva mas que importam considerar, *perturbações pessoais/emocionais (como a baixa autoestima, a ansiedade ou a depressão), doença mental grave, questões de saúde física, medo da punição oficial, condicionamento físico, baixo QI, classe social de origem, gravidade do crime atual, e outros fatores não relacionados com o comportamento criminal*.

Institucionalização e reinserção

A instituição “prisão” constitui o paradigma do que definiu Goffman (1999) como instituição total “...*local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada*”.

As características que aquele autor definiu de uma instituição total, encontram-se preenchidas na instituição prisão, seja o seu carácter total, pois o recluso vive o seu quotidiano dentro de um mesmo espaço, sob uma mesma autoridade, quando no exterior, o indivíduo desenvolve a sua atividade em diferentes locais com enquadramento e padrão normativo distintos; o aspeto segregativo pois a prisão ao privar o contacto com o exterior, promove no seu interior uma divisão entre os controlados (reclusos) e o grupo dos controladores (guardas e técnicos); a homogeneização porquanto os presos encontram-se sujeitos a um regime igual e a normalização pois até os aspetos mais irrelevantes são regulados tendo em conta o objetivo único, o de obedecer à cultura dominante “*plano racional único para atender aos objetivos oficiais da instituição*” (Goffman, 1999).

É numa instituição total como a definida por Goffman, onde parte das características que enumera se encontram presentes, que o indivíduo recluso reincidente é acolhido e será alvo de um processo de acompanhamento tendo em vista um dos objetivos da pena, o da futura inserção na sociedade.

Outro autor, referência fundamental neste processo, Foucault (1997) ensina-nos que se deve “*Calcular uma pena em função não do crime, mas de sua possível repetição. Visar não a ofensa passada mas a desordem futura. Fazer de tal modo que o malfeitor não possa ter vontade de recomeçar, nem possibilidade de ter imitadores. Punir será então uma arte dos efeitos; mais que opor a enormidade da pena a enormidade da falta, é preciso ajustar uma a outra, as duas series que seguem o crime: seus próprios efeitos e os da pena*”.

Em tom crítico, aquele autor na sua obra de referência “*Vigiar e punir: nascimento da prisão*”, sobre o espaço de intervenção do sistema prisional refere que “*Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixa-los e distribui-los espacialmente, classifica-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forcas, treinar seus corpos, codificar*

seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registo e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo”.

Concluindo a referência daquela obra e autor de referência, a sua abordagem sobre o papel da prisão, considerando que “*ela foi desde o início uma "detenção legal" encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos.*”

O sistema prisional e o da reinserção

Um estudo sobre a reincidência em Portugal, tendo presente as elevadas e crónicas taxas que se registam assume plena atualidade. Dirigimos esta investigação, especificamente ao crime de roubo, em reconhecimento da importância pela sua frequência e pelo impacto que este tipo de crime tem assumido nos últimos tempos na sociedade portuguesa.

Um estudo sobre a reincidência terá que necessariamente abordar previamente os processos e sistemas que permitiram que o primeiro contacto do indivíduo com os mecanismos de acompanhamento, reeducação e reinserção, não tivessem o sucesso desejado para evitar a ocorrência de um segundo registo, tendo-se presente as elevadas taxas de reincidência que se registam frequentemente.

O sistema que imediatamente surge, após um primeiro contacto do indivíduo com o sistema de justiça e mais concretamente com o sistema prisional, é o da reinserção social.

A importância da reinserção social surge no imediato no nosso sistema de justiça penal, no Código Penal Português, ao prever um plano a aplicar ao condenado.

Artigo 54.º

Plano de reinserção social

1 - O plano de reinserção social contém os objetivos de ressocialização a atingir pelo condenado, as atividades que este deve desenvolver, o respetivo faseamento e as medidas de apoio e vigilância a adotar pelos serviços de reinserção social.

2 - O plano de reinserção social é dado a conhecer ao condenado, obtendo-se, sempre que possível, o seu acordo prévio.

3 - O tribunal pode impor os deveres e regras de conduta referidos nos artigos 51.º e 52.º e ainda outras obrigações que interessem ao plano de readaptação e ao aperfeiçoamento do sentimento de responsabilidade social do condenado, nomeadamente:

a) Responder a convocatórias do magistrado responsável pela execução e do técnico de reinserção social;

b) Receber visitas do técnico de reinserção social e comunicar-lhe ou colocar à sua disposição informações e documentos comprovativos dos seus meios de subsistência;

c) Informar o técnico de reinserção social sobre alterações de residência e de emprego, bem como sobre qualquer deslocação superior a oito dias e sobre a data do previsível regresso;

d) Obter autorização prévia do magistrado responsável pela execução para se deslocar ao estrangeiro.

Na busca daquele pressuposto e tendo-se presentes os ensinamentos de McGuire (2011), reinserção envolve, frequentemente, ensino, treino, aconselhamento, terapia, controlo de comportamento ou outros procedimentos, concebidos para desenvolver novos padrões de atitudes ou de comportamento no indivíduo.

Os dois sistemas com maior responsabilidade na institucionalização e reabilitação do indivíduo criminalmente condenado, em Portugal são o sistema prisional e o da reinserção.

Anteriormente ao novo modelo, ainda em fase de construção, que irá unir a Reinserção Social e a Prisão (está para breve a publicação da lei orgânica desta direção geral), a então Direção Geral de Reinserção Social (Decreto-Lei nº 126/2007 de 27 de Abril) definia como “*Objetivo prioritário a necessidade de melhorar e potenciar os processos de reinserção social de pessoas menores de idade (entre 12 e 18 anos), de jovens adultos (entre 18 e 21 anos) e de adultos, designadamente, nos domínios da prevenção da delinquência juvenil e da promoção de medidas penais alternativas à prisão determinadas pelo tribunal, tendo a sua execução na comunidade o objetivo de permitir a reabilitação do jovem ou adulto sem o privar do contacto diário com a realidade social*”.

Na realidade e historicamente estes dois sistemas estiveram separados, o primeiro esteve a cargo da Direção Geral dos Serviços Prisionais e o segundo da Direção Geral de Reinserção Social, ambos da dependência do Ministério da Justiça.

A ausência de articulação e mesmo disfuncionalidades entre aqueles dois sistemas, o Prisional e o da Reinserção Social, foram alvo de amplo debate no relatório “*A Reinserção Social dos Reclusos*” (Santos, Gomes, Almeida, Duarte, Fernando, Sousa,

Abreu, 2003), que concluiu ter ocorrido um inequívoco prejuízo para o recluso, com especial ênfase no seu processo de inserção.

A importância do papel da reinserção surge em forma de resolução, através do Ponto 58 das Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos das Nações Unidas, que preconiza que o tempo de prisão deve ser aproveitado pelo indivíduo recluso, para uma vez em liberdade, no seu regresso à sociedade, não tenha apenas vontade mas que esteja também apto a seguir um estilo de vida de acordo com a lei e tendo condições para se sustentar a si próprio, concluindo-se que aquele objetivo será assegurado no decurso de tempo de prisão ao criar vontade e aptidões, competências em linguagem corrente.

Projetando um conjunto de necessidades para satisfazer aquele desiderato, aquela resolução chama a atenção para o facto que o dever da sociedade, não se extingue com o simples recebimento do recluso após a sua libertação, havendo necessidade de se dotar de organismos e instrumentos de auxílio pós-penitenciário eficazes que permitam uma verdadeira reinserção do ex-recluso.

Esta resolução abriu caminho ao surgimento de outros normativos, que alteraram significativamente o panorama europeu e consequentemente o nacional, como é o caso de Resoluções do Conselho da Europa, que estabelece as Regras Penitenciárias Europeias e que se seguiram àquela Resolução da ONU.

Aquelas resoluções alteraram em definitivo o panorama penitenciário e colocaram em primeiro plano a importância da reinserção como instrumento fundamental na redução da reincidência criminal.

Aquela recomendação forneceu orientações a seguir pelos países membros, indicando os princípios a considerar nas suas políticas penitenciárias, designadamente substituição de penas de curta duração por outras medidas não privativas da liberdade que tenham a mesma eficácia; separação dos toxicodependentes da restante população prisional; separação de reclusos preventivos, primários e jovens reclusos com reclusos reincidentes; minimização dos efeitos de privação da liberdade; preservação do respeito próprio do recluso, tudo, com objetivo de facilitar o regresso à vida em liberdade, entre outros princípios. Aquele percurso, culminou em 1987 com a aprovação pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, das Regras Prisionais Europeias, sendo fundamental, para o presente trabalho referir que nos Princípios Básicos daquelas regras consta que

“deve ser desenvolvido o sentido de responsabilidade e encorajar atitudes e competências que, aquando do seu regresso à sociedade, lhes possibilitem uma vida independente e de acordo com as regras jurídicas”.

Os autores do relatório, *“A Reinserção Social dos Reclusos”* (2003), que procederam àquele enquadramento histórico da evolução do sistema penitenciário, enunciam o modelo francês como um modelo com aspetos a considerar.

No modelo francês, a reinserção social dos detidos ficou a cargo dos Serviços Penitenciários de Inserção e de “Probação”, que foram sujeitos a importante reforma introduzida em 1999.

Curiosamente, também como acontecia em Portugal até à muito recente alteração, as funções de reinserção social eram levadas a cabo por dois serviços diferentes o Comité de “Probação” e de Assistência das Pessoas Colocadas em Liberdade e os serviços socioeducativos dos próprios estabelecimentos prisionais.

No modelo francês, citado naquele relatório, a reinserção conduzida pela administração penitenciária assenta em três princípios básicos: o da participação da administração penitenciária nos procedimentos judiciais, o da abertura a parceiros institucionais ou associações externas ao sistema penitenciário e o de equiparação entre reclusos e cidadãos comuns.

Em França, a política de reinserção social dos detidos tem como preocupação central o combate à pobreza, dentro do próprio sistema, o que conduziu à implementação de medidas de luta contra a indigência, designadamente, fornecendo aos detidos produtos de higiene, vestuário, produtos para a manutenção da cela e facilidade de acesso a atividades remuneradas.

Transportando para a realidade nacional, quer-se acreditar que a futura *Direcção-Geral da Reinserção Social e dos Serviços Prisionais* (DGRSeSP) será a resposta, tardiamente diga-se, depois de quase uma década decorrida desde o *“A Reinserção Social dos Reclusos”* (2003), às disfuncionalidades detetadas em busca de uma inversão dos números da reincidência em Portugal.

Aquele desejo, parece de alguma forma constar da formulação que resulta da mais recente reorganização do Ministério da Justiça, ao proceder à fusão das duas Direções Gerais, até então existentes, criando a *Direcção-Geral da Reinserção Social e dos Serviços*

Prisionais —, o qual vai permitir a criação de sinergias e uma maior articulação entre as áreas da reinserção social e da execução das medidas privativas de liberdade, abrindo caminho às necessárias reformas nos domínios da justiça penal e do direito dos menores, (Decreto-Lei n.º 123/2011 de 29 de Dezembro) um sinal de mudança, na redução da reincidência.

Prosseguindo uma atenta leitura daquela Lei Orgânica do Ministério da Justiça, resulta que a reinserção social é uma missão da nova Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, constando como uma das suas primeiras atribuições e objetivos.

A reinserção do indivíduo recluso

A reinserção está associada à forma como no nosso sistema de justiça vemos a pena. Quais os fins da pena no nosso sistema de justiça, será outra das reflexões a considerar, porquanto inevitavelmente haverá associação ao modo como vai ocorrer a reinserção do condenado.

A função da pena será a de favorecer a reinserção social do agente do crime, numa espécie de convite à reconciliação entre o agente e a comunidade ofendida pela sua ação ilícita, (Patto 2008)

As reflexões daquele autor sobre os fins das penas, remete-nos ainda para a separação entre delinquente ocasional, habitual e irrecuperável, considerando que para os primeiros a pena tem como função intimidar e advertir, para o segundo visa a ressocialização e no terceiro uma função de proteger a sociedade daquele tipo de delinquentes. Prossegue ainda considerando que uma pena aplicada a um delinquente que não cumpra o seu papel de reinserção, não afastará a prática por parte daquele de futuros crimes, consequentemente, teremos mais um reincidente.

A teoria da prevenção especial positiva assume que a pena visa essencialmente a regeneração, reeducação, ressocialização ou reinserção social do delinquente, afastando a ideia de irrecuperabilidade daquele.

Para impedir a irrecuperabilidade do indivíduo recluso, o ensino e formação profissional assumem papel relevante. Dois estudos citados no relatório “*Reducing re-offending by ex-prisoners*” da Social Exclusion Unit (SEU, 2002), citados pelo relatório “*A Reinserção Social dos Reclusos*” ((Santos, Gomes, Almeida, Duarte, Fernando, Sousa, Abreu, 2003), concorreram para aquelas conclusões. O primeiro estudo, conduzido pelo Correctional Services of Canada, de 1992 conclui que a participação em ações de formação sobre competências sociais elementares contribuiu para reduzir a taxa de reincidência em cerca de 12%. O outro estudo referido, mais atual, Clark (2001) concluiu que dentro de um grupo de reclusos de baixa escolaridade, os que não tinham participado em aulas ou em cursos de formação durante a reclusão são três vezes mais suscetíveis de sofrerem nova condenação do que os que receberam aulas ou cursos de formação.

A perspetiva da recuperação do indivíduo recluso, remete-nos para o desempenho do Centro de Competências para a Gestão do Acompanhamento Individual de Reclusos

(CCGAIR) da ainda Direção Geral dos Serviços Prisionais, que no âmbito das suas atribuições considera como a primeira delas, o desenvolvimento e coordenação da implementação do Manual de Intervenção Técnica no âmbito do acompanhamento individual de reclusos produzindo programas de intervenção de modelo cognitivo – comportamental, na esteira da proposta de McGuire (1995), citado por (Wexler, 2008).

Sobre a implementação dos programas e porque o sucesso dos mesmos, acredita-se, terá consequências relevantes na redução da reincidência, temos que ter presentes os ensinamentos de Gonçalves (2007).

Discutindo as abordagens em população delinquente, as que resultam ou as que não resultam e reforçado pelos trabalhos de outros autores sobre quais os *“procedimentos mais eficazes com delinquentes (e.g., Redondo, Garrido & Sanchez-Meca, 1997; Redondo, Sanchez-Meca & Garrido, 1999), no que toca às questões metodológicas, foi evidente, desde logo (e.g., Gonçalves & Vieira, 1992; Sechrest & Rosenblatt, 1987), o cortejo de insuficiências e erros detetados em muitos estudos.”*

Aquele autor nacional, partindo daquelas conclusões, tece um conjunto de considerações que a serem observadas poderiam constituir contributo para o sucesso de programas de intervenção em reclusos e acredita-se reduzindo em proporção a reincidência. Gonçalves (2007), considera que a intervenção para ter sucesso nesta população, deverá observar um conjunto de procedimentos que passam pela avaliação do processo e avaliação do resultado; robustez, integridade e duração da intervenção; qualificação do staff; focalização e clareza do plano de tratamento. Seguem-se os sujeitos destinatários das intervenções, procedendo-se a uma classificação diferencial, atendendo-se às características da personalidade e ainda o que fazer quando os indivíduos são psicopatas. Procedimentos e sujeitos terão que ser considerados atendendo-se aos contextos e aos resultados que se preconizam.

A questão dos resultados, vista com enorme pragmatismo por aquele autor, sai reforçada pelos estudos que aquele cita, *“Losel (1993), ao rever um total de onze meta-análises que abarcaram quase um milhar de estudos, encontra um efeito global de .10, o que significa que se, por exemplo, o grupo de controlo exhibe uma taxa de reincidência de 55%, a do grupo de tratamento será de 45%. Deste modo, pode-se dizer que o grau de eficácia do tratamento penitenciário se situa em torno dos 10% de redução da reincidência... tratamento de jovens e adultos delinquentes Redondo, Garrido e Sanchez-*

Meca (1997), encontraram um efeito global positivo de .15. Os mesmos autores (e.g., Redondo, Sanchez-Meca & Garrido, 1999), verificaram posteriormente, através de uma meta-análise efetuada sobre 32 estudos europeus após um período de follow-up médio de dois anos, um efeito global positivo de .12 na redução da taxa de reincidência. Outras análises têm vindo a cimentar estes resultados (cf. Cullen & Gendreau, 2001).”

Gonçalves (2007) propõe um modelo de intervenção em três grupos de agressores, conjugais, sexuais e psicopatas, articulando três dimensões, punir, tratar e controlar.

As preocupações daqueles cientistas, encontram eco no sistema jurídico português que assume a importância da prevenção da recaída do ofensor e consequentemente a sua reintegração após um primeiro contacto com o sistema de justiça.

O atual código penal português é inspirado por esta teoria positiva da pena, como resulta do seu art. 43º, nº 1 – *“A execução da pena de prisão (...) deve orientar-se no sentido da reintegração social do recluso, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes.”*

Esta teoria em que se baseia a pena, do nosso modelo penal, visa proteger a sociedade pela reeducação ou ressocialização, ao procurar atingir os fatores que estão na génese do crime, evitando-se dessa forma a reincidência.

No jogo das expectativas do sucesso desejável da reinserção social, não pode ser ignorado que as propostas nesse sentido podem ser livremente rejeitadas, bastando para isso ter presente os ensinamentos de António Damásio (2003) quando afirma que o *“livre arbítrio é praticamente o único determinismo biológico do ser humano”*.

Para o processo de reinserção social, importa considerar a organização do sistema prisional e as diversas modalidades de execução das penas e preparação para a liberdade, onde assume especial importância a licença jurisdicional de saída precária, como já antes referido nos trabalhos de Semedo Moreira (2008).

Sobre este instituto, as saídas precárias, refere aquele autor que pese não se tratar de ocorrência de reincidência em *stritu sensu*, quando são registados atrasos ou mesmo quando ocorre incumprimento no regresso, após uma saída precária, estamos claramente na presença de uma medida de insucesso, quando estava em curso o processo de flexibilização do cumprimento da pena de prisão, consequentemente, um prejuízo claro de preparação para a liberdade, na busca da reinserção desejada.

Método

Investigação

O método do presente estudo, é de natureza exploratória e visa a obtenção de respostas às questões de investigação formuladas e dessa forma a produção de conhecimento sobre a realidade estudada, tendo presente o modelo teórico e os instrumentos de medida utilizados. O investigador, neste projeto, interpretará a realidade com os dados que ela for produzindo, procurando pela análise das informações produzidas uma melhor compreensão do fenómeno estudado, a reincidência no crime violento.

Caracterização da amostra

Em 31 de Dezembro de 2011, a população prisional de Paços de Ferreira era composta por 619 indivíduos do sexo masculino, todos na situação de condenados, encontrando-se presentes 584. A diferença entre a população adstrita ao E.P. e a existência real naquela data, resulta essencialmente das licenças atribuídas aos reclusos, nas suas diversas modalidades.

A opção por esta população reclusa resulta em exclusivo do facto de se tratar de reclusos, todos em situação de condenados, pelo que se considera representativa da população reclusa portuguesa condenada.

Daquela população reclusa, 115 reclusos, segundo as informações recolhidas através dos S.E.E. do E.P. de Paços de Ferreira, são reincidentes no crime de roubo.

Foram aqueles reclusos que constituíram a nossa amostra, atendendo o objeto definido para o presente estudo.

Dos 115 reclusos, primeiramente identificados, apenas 77 acederam a participar neste estudo.

A amostra final é constituída por reclusos com idades compreendidas entre os 24 e os 60 anos de idade, ($M = 34,09$, $DP = 7,376$). Estes dados são ligeiramente inferiores à média da população reclusa portuguesa de sexo masculino, 37,3 anos, em 31 de Dezembro de 2011, segundo as estatísticas da Direção Geral dos Serviços Prisionais.

Todos os reclusos da amostra são de nacionalidade portuguesa e de raça caucasiana.

A amostra divide-se, quantitativamente, relativamente à variável número de prisões em três grupos, um primeiro grupo que regista uma ou nenhuma prisão, verificando-se 12 casos, duas a quatro prisões, verificando-se 62 casos e cinco ou mais prisões, registando-se 3 reclusos nessa situação.

Aquela divisão resulta da resposta ao questionário LCSF – R e revela-nos uma perplexidade, seja a diferença entre a informação recolhida diretamente junto dos reclusos e os dados fornecidos pelos Serviços de Educação e Ensino, do E.P. de Paços de Ferreira, com base nos resultados fornecidos pelas estatísticas prisionais, relativamente a 12 reclusos que referem estar em cumprimento da primeira prisão.

Em busca de resposta explicativa para aquele dado e do contacto com a amostra resulta que ocorrem situações de uma primeira condenação e consequente prisão, e posteriormente novas condenações, as quais são alvo de recurso, por vezes que se alongam no tempo, sendo que o registo estatístico prisional, averba a condenação mas o recluso, em busca da sua defesa, acompanha as fases de recurso, não considerando condenações que ainda não transitaram.

<i>Número de Prisões</i>				
		Frequência	%	% Válida % Acumulado
Uma ou nenhuma	12	15,6	15,6	15,6
Duas a quatro	62	80,5	80,5	96,1
Cinco ou mais	3	3,9	3,9	100,0
Total	77	100,0	100,0	

Na nossa amostra verifica-se que 55 indivíduos registaram a sua primeira prisão após os 18 anos e 22 registaram a primeira prisão no escalão etário entre os 15 e os 18 anos, sendo que em concreto, atendendo à imputabilidade em função da idade da legislação portuguesa, será correto assumir que para aqueles indivíduos, a primeira prisão registou-se entre os 16 e os 18 anos.

<i>Idade da Primeira Prisão</i>				
		Frequência	%	% Valida % Acumulada
Mais de 18 anos	55	71,4	71,4	71,4
Entre os 15 e os 18 anos	22	28,6	28,6	100,0
Total	77	100,0	100,0	

Descrição dos instrumentos

LCSF – R – Lifestyle Criminality Screening Form – Revised

O LCSF – R – Lifestyle Criminality Screening Form – Revised, é um instrumento criado por Walters (1990, 1998) tendo como base um modelo fundamentalmente cognitivo, onde a criminalidade é conceptualizada como um estilo de vida, assente na irresponsabilidade, autoindulgência, comportamento interpessoal intrusivo e a violação de regras sociais. Segundo o autor, aqueles fatores interagem entre si, dando origem a um comportamento padrão que identifica o indivíduo como tendo um estilo de vida criminal.

São quatro os aspetos fundamentais a considerar na avaliação do estilo de vida do indivíduo, segundo o autor: as condições, a escolha, as cognições e o comportamento.

Tendo-se presentes esses aspetos fundamentais, importa considerar em primeiro lugar as condições pessoais e sociais que condicionam a predisposição para a vida criminal no indivíduo, a vinculação social, a necessidade de estimulação e busca de sensações, e o autoconceito pobre. Seguidamente a opção por um estilo de vida antissocial explica-se, porque o sujeito escolhe o rumo da irresponsabilidade, não reconhecendo mais-valias em seguir um desempenho convencional, é portador de um profundo sentimento de incompetência e não reconhece ganhos em eventuais esforços a favor de um comportamento convencional. O criminoso é, tendo por base estes aspetos centrais um indivíduo extremamente receoso, evitando, consequentemente o mínimo de compromisso.

Aquelas condições tornam-se determinantes quando o indivíduo as interioriza em termos cognitivos. *Walters (1990, 1998) baseando-se nos trabalhos de Yochelson e Samenow (1989), refere a importância de oito distorções cognitivas típicas de um delinquente crónico que se combinam entre si para produzir os quatro estilos de vida criminal que o autor identifica; a auto-desculpabilização (utilizar justificações irrelevantes para os atos cometidos), o curto-circuito (afastamento e eliminação de emoções como o medo ou mensagens dissuasoras do crime através de gestos ou rituais), a permissividade (estatuto privilegiado que lhe permite adotar todo tipo de comportamentos), o controlo do meio (sensação de poder que leva a que o sujeito tente controlar tudo o que o rodeia), o sentimentalismo (aparentar ser “boa pessoa” e ter qualidades), o superoptimismo (visão irreal dos seus atributos e da capacidade de evitar as consequências das suas ações desadequadas), a indolência cognitiva (procurar comportar-se segundo a lei do “mínimo*

esforço”) e a inconsistência (falta de perseverança para efetuar qualquer tarefa que exija esforço). Desta forma, a auto-desculpabilização e o curto-circuito dão origem ao estilo de vida criminal onde predomina a irresponsabilidade. A permissividade e controlo do meio originam a intrusividade interpessoal. O sentimentalismo e o superoptimismo dão origem à autoindulgência. Por último, a indolência associa-se à inconsistência e dão origem à violação de regras sociais, (cf., Gonçalves, 2002).

Em resumo, podemos dizer que o estilo de vida de um criminoso caracteriza-se pela irresponsabilidade na escola, no trabalho e em casa, a que se alia uma propensão para o envolvimento em atividades marcadas pela indiferença, a desinibição, a impulsividade e a auto-desresponsabilização, tais como o abuso de álcool e drogas, a promiscuidade sexual, o vício do jogo e a ostentação de tatuagens. Este retrato completa-se com o início precoce na violação de normas, regras e costumes sociais, para além de ofensas persistentes aos direitos e à dignidade das outras pessoas. De acordo com a maior ou menor presença de distorções cognitivas e a forma como estas se “encaixam” irá predominar um estilo de criminal em detrimento de outros ou, nos casos mais problemáticos, podem coexistir mais do que um senão todos os estilos (idem).

Identificando as características principais que enformam aquele instrumento temos que a irresponsabilidade é um estilo de comportamento marcado pela falta de responsabilidade e o não cumprimento do que é esperado para com a família, amigos e colegas de trabalho, ou seja, nas várias áreas de funcionamento do indivíduo. Verifica-se a existência de quebra de compromissos e expectativas. A autoindulgência é um estilo de vida criminal em que os indivíduos demonstram ser egocêntricos e procuram obter gratificação imediata, daí muitas vezes o recurso ao uso de estupefacientes ou outras substâncias, aos jogos e a comportamentos sexuais promíscuos. Neste estilo de comportamento, os sujeitos tendem a usar as relações sociais em benefício próprio, para obtenção de gratificação imediata, sendo a impulsividade, uma das suas principais características. Já o comportamento Interpessoal Intrusivo é um estilo de vida criminal caracterizado pelo desrespeito pelos direitos dos outros, nomeadamente, a sua dignidade e vontade pessoais. Neste grupo são considerados os indivíduos que cometem crimes como de homicídio, violação, abuso sexual de menores, ou seja, em que existe a violação dos direitos dos outros, muitas vezes de forma violenta. Estes sujeitos têm um padrão de comportamento marcado por uma agressividade elevada. A violação das Regras Sociais

envolve a não-aceitação das normas sociais uma vez que estas não se coadunam com o comportamento adotado pelo sujeito. Estes indivíduos têm um padrão de comportamento que revela indiferença perante as normas, leis e regras da sociedade, violando-as ostensivamente ou servindo-se de subterfúgios e habilidades para as contornar ou manipular, sempre em seu proveito e com evidentes prejuízos para terceiros (idem).

Conclui-se dizendo que o LCSF-R (Lifestyle Criminality Screening Form — Revised) é um instrumento forense do tipo *checklist*, que identifica e quantifica aqueles quatro estilos (irresponsabilidade, auto-desculpabilização, comportamento interpessoal intrusivo e violação das regras sociais) permitindo a obtenção de um score global que, sendo igual ou superior a 10, indica estarmos em presença clara de indivíduo que se identifica com um estilo de vida criminal (e.g., Walters, 1998).

LSI-R - *Level of Service Inventory – Revised*

O LSI-R, (*Level of Service Inventory – Revised*), é um questionário tipo *checklist*, de avaliação de risco de reincidência geral, de autoria de Andrews & Bonta, (1995), com o qual se procura identificar o risco de reincidência criminal em ofensores violentos, na população alvo do presente estudo, sujeitos já reincidentes no crime de roubo. Na presente investigação, pela utilização prévia do LCSF-R (Lifestyle Criminality Screening Form — Revised), irá procurar-se aferir o risco dessa reincidência em função da identificação dos sujeitos a um estilo de vida criminal.

Caracterizando o instrumento temos que o LSI-R (*Level of Service Inventory – Revised*) não sendo um questionário exaustivo de todos os fatores mitigantes e agravantes do risco de reincidência criminal, é um *checklist* que permite proceder ao levantamento quantitativo dos atributos e circunstâncias dos ofensores, relevantes para a tomada de decisões acerca do respetivo nível de intervenção/supervisão.

O LSI-R, é constituído por 54 itens, que correspondem a fatores de risco, cuja presença ou ausência é classificada como “sim” ou “não”¹⁵, respetivamente. Atribui-se a pontuação 1 quando a resposta é positiva e 0 quando a resposta é negativa. O resultado final do LSI-R resulta do somatório da pontuação obtida nos itens, podendo variar entre 0 e 54 pontos. Seguindo as orientações de James Bonta (comunicação pessoal, 16 de Abril de 2008), ao invés de transpor diretamente as normas canadianas, os pontos de corte foram derivados, a partir da distribuição das pontuações obtidas nesta amostra e dos

respetivos percentis: o percentil 25 marca o limite superior do nível de risco baixo; o percentil 75 marca o limite superior do nível de risco moderado; e as restantes pontuações correspondem ao nível de risco elevado. Assim, considerou-se que pontuações entre 0 e 15 pontos correspondiam a um risco baixo, entre 16 e 26 moderado e acima de 27 risco elevado, (Neves, 2009)

Não se encontrando aquele instrumento validado à população portuguesa, a investigação desenvolvida por Neves (2009), considerou-o um instrumento válido para efeitos de investigação.

O trabalho daquela autora, constituiu elemento fundamental para conhecer aquele instrumento e consequente utilização do mesmo.

Do seu estudo resultou que os itens que compõem o LSI-R, correspondem aos fatores de risco que a investigação tem demonstrado estarem associados ao comportamento criminal e que apresentam também relevância teórica. Os itens são 54 e encontram-se agrupados em 10 subcomponentes.

É fundamental ter-se presente que a maioria dos fatores que constituem o LSI-R são dinâmicos. Estes fatores, cuja alteração está associada a uma alteração da probabilidade de reincidência são as necessidades criminógenas. Esta noção é muito importante já que, mais do que supervisionar, cabe ao técnico promover a mudança nos ofensores. Ao reduzir o número de fatores de risco dinâmicos (i.e. necessidades) reduz-se a probabilidade da atividade criminal futura. Deste modo, muitos dos itens e componentes do LSI-R funcionam como alvos de intervenção, (idem).

Na presente investigação, é fundamental esta perceção, porquanto o objeto em causa é a reincidência, onde a intervenção no período em que os indivíduos estão sob alçada dos serviços do Sistema de Inserção e Prisional, são fundamentais para promover a redução do risco da reincidência.

Importa ainda referir, que o instrumento segundo os autores descrevem tiveram três fontes de informação principais para os conteúdos do instrumento (Andrews & Bonta, 1995, p.1): *“a literatura sobre reincidência, a opinião profissional dos técnicos de probation, e uma perspetiva teórica da aprendizagem social sobre o comportamento criminal”*, (idem).

O LSI-R inclui tabelas que permitem a conversão das pontuações em bruto em níveis de risco e segurança, considerando homens e mulheres. Por exemplo, de acordo com as normas originais do LSI-R, reclusos do sexo masculino, como acontece exclusivamente na nossa investigação, com uma pontuação entre 0 e 13 são de baixo risco, com uma probabilidade de reincidência de aproximadamente 11,7%. Já indivíduos com pontuações entre 41 e 47 são de alto risco e têm uma probabilidade de reincidência aproximada de 76,0%. Andrews e Bonta (1995) também traduziram as bandas de risco em bandas de segurança, de forma a informar o encaminhamento institucional.

Na presente investigação, utilizamos a versão portuguesa para investigação (Neves, Gonçalves, Goulão & Vieira, 2008), simpaticamente autorizada pela editora.

Procedimento

Esta investigação procedeu, na sua fase inicial, à caracterização da amostra, para o qual tornou-se fundamental o acesso ao registo biográfico/situação jurídica dos reclusos, para aferir quais os que preenchem os quesitos da investigação, estarem em cumprimento de segunda condenação por crime de roubo.

Posteriormente e concluído este passo da caracterização da amostra, para o qual foi muito relevante a colaboração dos Serviços de Educação e Ensino do E. P. de Paços de Ferreira, procedeu-se à aplicação dos instrumentos.

Aos reclusos que acederam a participar nesta investigação, após informação sobre as características da mesma, os seus objetivos, assinaram um termo de consentimento (Anexo A), onde autorizaram que os dados recolhidos fossem tratados, respeitando a confidencialidade, exclusivamente para fins de investigação científica.

O anonimato foi garantido, através da codificação numérica dos questionários com correspondência a cada um dos reclusos que colaboraram na investigação. Aqueles questionários apenas possuem uma identificação numérica, igual para ambos (LCSF-R e LSI-R) e a idade do recluso.

Para aplicação dos instrumentos, contamos com uma sala, isolada, na área dos serviços de apoio anexos ao Serviço de Educação e Ensino e com a colaboração da chefia da Guarda Prisional do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira ao solicitar a comparência, voluntária, dos reclusos cuja lista foi indicada.

No contacto pessoal, investigador e recluso, após a apresentação do objeto do estudo e dos passos que o mesmo preconizava com referência à necessária colaboração daqueles, era preenchido o termo de consentimento, (Anexo X) e seguidamente era aplicado o primeiro questionário, o LCSF-R (Lifestyle Criminality Screening Form — Revised). Findo este, sendo do conhecimento prévio do recluso que existiam dois questionários, era aplicado o segundo questionário, o LSI-R (*Level of Service Inventory – Revised*). Terminada a tarefa, o consentimento e questionários já codificados com identificação do número, eram arquivados, para posterior análise.

Findo este passo da investigação, constatou-se alguma imprecisão de alguns dos dados, designadamente do número de medidas disciplinares durante o percurso prisional.

Para colmatar esse facto, socorremo-nos do Sistema de Informação Prisional, onde se encontram registados todas as ocorrências disciplinares dos reclusos.

Terminadas estas tarefas, estavam validados 77 questionários, correspondentes ao mesmo número de reclusos que acederam em participar nesta investigação.

As ações para a realização da presente investigação iniciaram-se com a solicitação para as necessárias autorizações, junto da Direção Geral dos Serviços Prisionais e prosseguiram com uma articulação que foi muito positiva com os Serviços de Educação e chefia da Guarda Prisional do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira.

Os dados estatísticos obtidos no presente trabalho, foram tratados recorrendo ao programa estatístico, SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 20.

Hipóteses de investigação

A presente investigação determinou-se a apurar o risco de reincidência em população prisional, já reincidente no crime de roubo. A nossa variável dependente é o nível de risco dessa nova reincidência.

Para aferir desse risco, em consequência das informações recolhidas pelos instrumentos utilizados, elaboramos cinco questões de investigação, que resultam das nossas variáveis independentes, na sua maioria, suportadas por investigação já produzida e que pretendemos determinar eventual abrangência à população estudada.

No presente estudo, pretende-se determinar o risco de reincidência em população prisional, já reincidente pelo crime de roubo, tendo-se elaborados as seguintes hipóteses de investigação:

H 1 - A precocidade da primeira detenção, prediz um maior nível de risco.

H 2 - Os indivíduos com estilo de vida criminal apresentam maior risco de reincidência.

H 3 - O comportamento do recluso no decurso do cumprimento da pena irá determinar o risco de reincidência.

H 4 - O número de crimes pelos quais está condenado, vai determinar o risco de reincidência.

H 5 - O número de condenações anteriores do recluso, vai determinar o risco de reincidência.

Enquadramento das questões de investigação

A maior parte das questões que a investigação apresenta, já mereceram reflexões e investigações de diversos autores consagrados.

A primeira questão remete-nos para a noção de carreira delitiva e delinquência juvenil. O jovem delinquente apresenta na escola baixas competências de realização, elevada hiperatividade e dificuldades na interação com os seus pares de escola mas em contraponto, enorme facilidade em se associar a outros jovens, também delinquentes que passam a ser os seus pares de eleição. O percurso do jovem agressor não se esgota, temporalmente, no período escolar. Após a saída da escola, os comportamentos tendem a tornarem-se mais versáteis e a especializarem-se, até atingirem a segunda dezena de anos de vida, altura em que tais comportamentos declinam, por ação quer dos casamentos quer da coabitação com a mulher ou parceira, respetivamente. A análise sequencial dos delitos cometidos num determinado período de tempo, remete-nos para a noção de carreira delitiva. Para esta, torna-se necessário a identificação dos diferentes momentos que marcam essa carreira, o início, a manutenção e o *terminus*, analisando-se também a frequência e a intensidade desses diversos momentos (West e Farrington, 1977); (Garrido, 1990).

Os indivíduos que optam por carreiras criminosas, frequentemente variam entre os valores sociais convencionais e os das subculturas criminais. Destes, alguns prosseguem as suas carreiras, praticando crimes cada vez mais sérios, acumulando detenções e outras consequências penais, enquanto outros simplesmente as abandonam, (Clinard e Meier, 2008).

Garrido (1990), considera importantes quatro fatores que se associam ao início e manutenção das carreiras delitivas: a idade e reincidência; tipologia delitiva; realidade prisional vivida pelo indivíduo; forma de saída da prisão (com ou sem liberdade condicional).

Sendo a amostra da presente investigação constituída por condenados reincidentes, muitos deles contabilizando elevado número de condenações, cremos que esta hipótese se confirmará.

A segunda questão remete-nos para os pressupostos base da teoria de Walters. Não sendo objetivo repetir o atrás referido, importa ter presente que para aquele autor, o

estilo de vida criminal do indivíduo, assenta nas condições, a escolha, as cognições e o comportamento.

O risco de reincidência poderá assentar nos aspetos fundamentais que sustentam aquela teoria, porquanto deve-se considerar as condições pessoais e sociais que condicionam a predisposição para a vida criminal no indivíduo, a vinculação social, a necessidade de estimulação e busca de sensações, e o autoconceito pobre. Seguidamente a opção por um estilo de vida antissocial explica-se, porque o sujeito escolhe o rumo da irresponsabilidade, não reconhecendo mais-valias em seguir um desempenho convencional, é portador de um profundo sentimento de incompetência, e não reconhece ganhos em eventuais esforços a favor de um comportamento convencional. O criminoso é, tendo por base estes aspetos centrais um indivíduo extremamente receoso, evitando, consequentemente o mínimo de compromisso.

Tendo por base a teoria de Walters (1990, 1998), Gonçalves (1999), refere a importância de serem consideradas as condições pessoais e sociais do indivíduo que condicionam a sua predisposição para a vida criminal como a vinculação social, necessidade de estimulação, busca de sensações e autoconceito pobre.

A teoria de Walters prediz que esta hipótese se irá confirmar, inclinando-se a investigação nesse sentido.

Iniciamos a abordagem á terceira questão, através da análise das estatísticas do ano transato, capítulo do sistema prisional do Relatório Anual de Segurança Interna (2011), consta que no decurso de 2011, foram atribuídas 9.929 licenças de saída judiciais. Não regressaram dessas licenças, no dia e hora fixados, 79 reclusos, culminando esses dados numa taxa de sucesso de 99,2%.

O sucesso referido é aferido, exclusivamente pelo pressuposto base do cumprimento das obrigações impostas, não permitindo extrair conclusões sobre se foi usado pelo indivíduo recluso na preparação do momento posterior ao fim da sua reclusão.

Laborando ainda sobre como decorre o cumprimento das penas, usando o mesmo relatório, verificou-se que no mesmo período estavam a trabalhar em Regime Aberto no Exterior 42 reclusos e estavam em Regime Aberto no Interior 1.420 reclusos, regimes esses que constituem fases do processo de integração do indivíduo no sistema prisional, de

o premiar por esse sucesso e acredita-se de o preparar para a sua futura libertação e plena integração.

Garrido (1990), considera importantes quatro fatores que se associam ao início e manutenção das carreiras delitivas: a idade e reincidência; tipologia delitiva; realidade prisional vivida pelo indivíduo; forma de saída da prisão (com ou sem liberdade condicional). Pegando neste último aspeto, o mais relevante quando se investiga, como no presente caso, o risco de reincidência em população prisional, Moreira (2008) profissional de referência da Direção Geral dos Serviços Prisionais em estudo dedicado ao insucesso das saídas precárias, instrumento relevante que ensaia e prepara o recluso para a futura libertação e consequente aproximação à sociedade que ofendeu, concluiu que estas licenças são atribuídas de forma transversal a todos os reclusos, não considerando nesse processo quaisquer características do indivíduo, sociodemográficas, penais e, inclusive, da altura do ano em que aquelas são concedidas.

A crítica implícita no trabalho daquele autor remete-nos para a reflexão se o sistema das medidas jurisdicionais, previsto na legislação portuguesa, (Código de Execução de Penas) vai efetivamente ao encontro da inserção progressiva dos indivíduos na comunidade.

A função das medidas jurisdicionais, conhecidas por saídas precárias, foram alvo de estudo, tendo por base a mesma problemática, seja o seu efeito na reinserção do indivíduo por Clemente M. e Huaman (2009), em estudo sobre o sistema penitenciário espanhol, concluindo genericamente, a dificuldade de conciliar os diversos interesses, o do sistema prisional, dando-se importância à inviolabilidade das medidas e o seu confronto com a importância da inserção, para o qual as licenças precárias constituem instrumento fundamental, na futura inserção do indivíduo.

A reabilitação dos reclusos é, sem dúvida, o mais ambicioso objetivo no sistema penitenciário, de forma a garantir que quem já delinuiu e ingressou numa prisão, não volte a delinquir na posterioridade. Tal como lembra Redondo (1993) a investigação penitenciária atual tem dado um grande relevo à importância da melhoria educativa dos delinquentes encarcerados, em qualquer processo de reabilitação. O mesmo autor defende que *«os delinquentes têm sofrido pobres processos de socialização e múltiplos fracassos na aprendizagem de habilidades cognitivas e morais. Por isso, a prisão pode – e deve – ter algo de escola»*.

As dúvidas sobre o sentido que os resultados obtidos conduzirão esta hipótese, prendem-se com a crítica implícita na obra de Moreira (2008), a ausência de uma filosofia de integração, patente no processo de atribuição de licenças precárias, pelo que nos inclinamos para a sua confirmação.

A quarta questão, para além das considerações do sistema jurídico que nos remete para a desvalorização da culpa em função do concurso de crimes e do crime continuado, com regras próprias de punição, não se conhece trabalho da área psicológica sobre as implicações que o número de crimes poderá ter no risco de reincidência, pelo que a presente investigação dará conta dos resultados obtidos. Nesta hipótese estamos claramente em presença de um estudo exploratório.

A última das questões colocadas, remete-nos no imediato para o conceito da carreira criminal, já largamente referido no enquadramento da presente investigação.

Reforçando muito do antes referido, importa recordar que os indivíduos que optam por carreiras criminosas, frequentemente variam entre os valores sociais convencionais e os das subculturas criminais. Destes, alguns prosseguem as suas carreiras, praticando crimes cada vez mais sérios, acumulando detenções e outras consequências penais, enquanto outros simplesmente as abandonam, (Clinard e Meier, 2008).

Tendo-se presente a literatura acredita-se que esta última hipótese, reforçada pelo facto de estarmos em presença, na nossa amostra de população já reincidente, se irá confirmar.

Resultados

Apresentação e discussão dos resultados

Na apresentação de resultados, o critério será considerar as questões de investigação e auxiliados pelos quadros estatísticos, apresentar os resultados obtidos.

H 1

Da nossa amostra, ($N = 77$), temos que 22 indivíduos foram pela primeira vez presos entre os 16 e os 18 anos e 55 indivíduos após os 18 anos de idade. Os níveis de risco situam-se 0 e 15 pontos, risco baixo, entre 16 e 26 moderado e acima de 27 risco elevado. Nenhum dos elementos da nossa amostra, relativamente à variável idade da primeira prisão, tem notação inferior a 15, seja com baixo risco. Com risco médio, temos ($N = 23$) dos quais apenas 3 indivíduos foram presos a primeira vez entre os 16 e 18 anos. Com risco elevado de reincidência temos um ($N = 54$) dos quais ($N = 19$) reporta a indivíduos que foram presos a primeira vez entre os 16 e os 18 anos de idade.

*Idade Primeira Prisão * Total_LSI Correlações*

		Total_LSI																	Total	
		17	19	20	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36		37
Id.Pri.Prisao	Mais de 18 anos	2	1	2	0	6	5	4	6	2	7	5	5	2	3	3	1	1	0	55
	Entre os 15 e os 18 anos	0	0	0	1	0	1	1	1	2	1	3	2	2	1	4	2	0	1	22
Total		2	1	2	1	6	6	5	7	4	8	8	7	4	4	7	3	1	1	77

Teste de Qui Quadrado

	Valor	df	Sig. (2-sided)
Qui quadrado Pearson	19,180 ^a	17	,318
Razão verosimilhança	22,023	17	,184
Associação linear	7,692	1	,006
Nº de casos válidos	77		

31 casos (indivíduos) correspondem a 86,1% da amostra que tem um valor esperado inferior a 5, onde o mínimo esperado é 0.29.

H 2

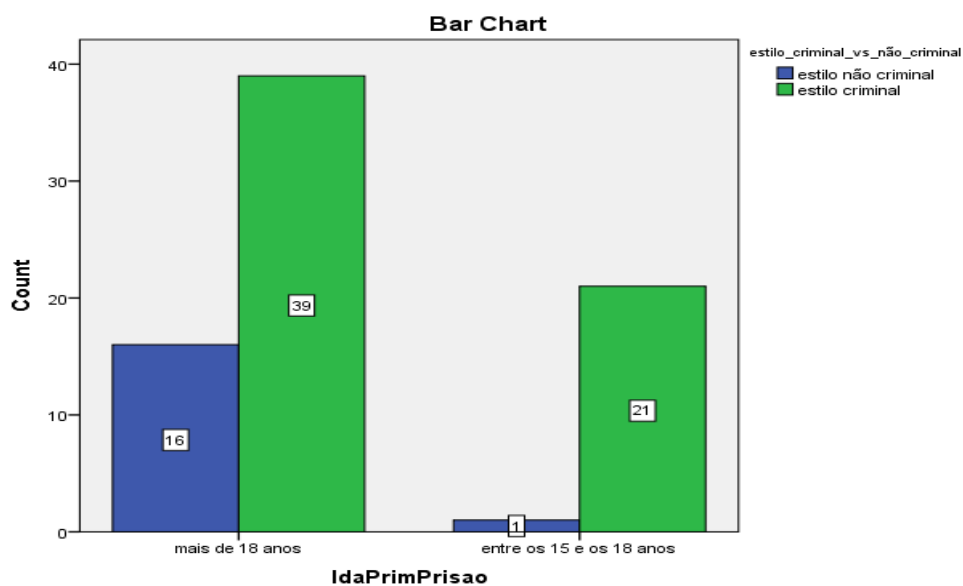
Na nossa amostra ($N = 77$), identificam-se com um estilo criminal 60 reclusos e não se identificam com aquele estilo 17. A cotação média, nos dois instrumentos, caracteriza globalmente, a nossa amostra como identificando-se com um estilo de vida criminal ($M = 11,26$, $DP = 3,168$), sendo o ponto de corte 10 e com nível de risco elevado, ($M = 28,65$, $DP = 4,34$), sendo 27, o ponto de corte.

<i>Estatística descritiva</i>			
	Média	Desvio padrão	N
Total LSI	28,65	4,340	77
Total LCSF	11,26	3,168	77

Os resultados obtidos mostram que o total de LSI (Nível de Risco) está fortemente correlacionado e de forma positiva com o total de LCSF (Estilo de vida Criminal), $r = 0.60$, $p < 0.01$.

Estes resultados permitem concluir que quanto maior é o nível de risco, maior é propensão para o estilo de vida criminal.

<i>Correlações</i>			
		Total LSI	Total LCSF
Total LSI	Correlação Pearson	1	,604**
	Sig. (2-tailed)		,000
	N	77	77
Total LCSF	Correlação Pearson	,604**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	
	N	77	77
**. Correlação é significativa ao nível de 0,01			



H 3

Na busca de resposta às 3 questões seguintes, porque todas elas remetem para os níveis de risco, torna-se no imediato apresentar os resultados da amostra ao instrumento que mediu o risco, o LSI-R.

Como resulta do quadro infra, a nossa amostra ($N = 77$) dividiu-se em ($N = 2$) de reclusos com baixo risco; ($N = 32$) de reclusos com risco médio e ($N = 43$) de reclusos com risco elevado. A existência de apenas dois reclusos, que apresentam risco baixo de reincidência, para efeitos do presente estudo, **leva-nos a fazer a opção** de integração daqueles dois casos no grupo de risco médio, constituindo-se assim dois grupos que passam a ser designados de **Menor Risco** e o de **Maior Risco**.

<i>Níveis de risco</i>				
		Frequência %	% Válida	% Acumulada
Risco baixo	2	2,6	2,6	2,6
Risco medio	32	41,6	41,6	44,2
Risco elevado	43	55,8	55,8	100,0
Total	77	100,0	100,0	

Analisando a relação daqueles dois grupos de risco (menor e maior) com a variável que nos dá informação sobre como decorre o cumprimento da (s) pena (s), resulta que ($N = 51$) dos reclusos que se enquadram no grupo de Menor Risco no que reporta a número de medidas disciplinares, possuem uma ($M = 28,24$, $DP = 4,434$) de Risco de Reincidência e ($N = 26$) reclusos do Grupo com Maior Risco quando relacionados com o Número de Medidas Disciplinares, com uma ($M = 29,46$, $DP = 4,1$) de Risco de Reincidência.

Conclui-se, em resposta à hipótese e tendo como baliza os níveis de risco do LSI – R, (0 e 15 pontos - risco baixo), (entre 16 e 26 moderado) e (acima de 27 risco elevado), que aquela se confirma, porquanto toda a nossa amostra está acima do valor mínimo atribuído ao risco elevado.

Total LSI * Grupos Nº Medidas Disciplinares			
Total LSI			
Nº Med.Disc.	Media	N	Desvio padrão
Grupo Menor Risco Reinc.	28,24	51	4,434
Grupo Maior Risco Reinc.	29,46	26	4,111
Total	28,65	77	4,340

<i>Tabela Anova</i>						
		Soma quadrados	df	Media quadrados	F	Sig.
Total LSI *	Entre os grupos	25,894	1	25,894	1,382	,244
	Dentro dos grupos	1405,638	75	18,742		
	Nº Med Discip	Total	1431,532	76		

H 4

Tendo-se como pressuposto de resposta a esta questão, o instrumento que avalia o risco de reincidência, (LSI-R) e correlacionado aquele com o número de crimes pelos quais o individuo está em cumprimento de pena, resulta tal como na hipótese anterior, que quer o grupo de menor risco, quer o de maior risco, possuem média superior ao ponto de corte que a literatura define como risco elevado (valor superior a 27). No grupo de menor risco, ($M = 27,9$, $N = 49$, $DP = 4,5$). O grupo de maior risco, ($M = 29,96$, $N = 28$, $DP = 3,76$).

Na resposta a esta questão da investigação e tendo-se presentes os níveis de risco do LSI – R, verifica-se que aquela se confirma, porquanto toda a nossa amostra está acima do valor mínimo atribuído ao risco elevado, ($N = 77$, $M = 28,65$, $DP = 4,34$).

Total LSI * Grupos N° crimes atuais

Total LSI			
Grupos N° Crimes atuais	Media	N	Desvio padrão
Grupo Menor Risco Reinc.	27,90	49	4,501
Grupo Maior Risco Reinc	29,96	28	3,766
Total	28,65	77	4,340

Tabela Anova

		Soma dos quadrados	df	Media dos quadrados	F	Sig.
Total LSI *	Entre os grupos	76,078	1	76,078	4,210	,044
Grupos N° Crimes Atuais	Dentro dos grupos	1355,454	75	18,073		
	Total	1431,532	76			

H 5

Nesta hipótese, está em avaliação a relevância das condenações anteriores, na avaliação de risco de reincidência. Na correlação entre aquela variável e o risco de reincidência, verifica-se que grande parte da nossa amostra identifica-se com o grupo de menor risco de reincidência ($N = 75$). Contudo na correlação com o nível de risco, verificamos um valor acima do ponto de corte para o risco elevado (27), ($M = 28,6$, $DP = 4,35$).

Tal como na questão anterior, tendo-se presentes os níveis de risco do LSI – R, verifica-se que esta se confirma, porquanto toda a nossa amostra está acima do valor mínimo atribuído ao risco elevado, ($N = 77$, $M = 28,65$, $DP = 4,34$).

Total LSI * Grupos Condenações Anteriores			
Total LSI			
Grupos cond. Anteriores	Média	N	Desvio padrão
Grupo menor risco reinc.	28,60	75	4,350
Grupo maior risco reinc.	30,50	2	4,950
Total	28,65	77	4,340

Tabela Anova						
		Soma dos quadrados	df	Média dos quadrados	F	Sig.
Total LSI *	Entre os grupos	7,032	1	7,032	,370	,545
Grupos com.	Dentro dos grupos	1424,500	75	18,993		
Anter.	Total	1431,532	76			

Correlações					
		Total_LSI	Nº Cond. Anteriores	Nº Crimes Atuais	Nº Med. Disciplinares
Total LSI	Correlação Pearson	1	,298**	,183	,134
	Sig. (2-tailed)		,008	,112	,244
	N	77	77	77	77
Nº Cond.Anter.	Correlação Pearson	,298**	1	-,069	-,008
	Sig. (2-tailed)	,008		,549	,946
	N	77	77	77	77
Nº Crimes Atuais	Correlação Pearson	,183	-,069	1	-,041
	Sig. (2-tailed)	,112	,549		,723
	N	77	77	77	77
Nº Med. Discip.	Correlação Pearson	,134	-,008	-,041	1
	Sig. (2-tailed)	,244	,946	,723	
	N	77	77	77	77
**. Correlação é significativa ao nível de 0,01.					

Discussão dos resultados, utilidade e validade do estudo

O presente estudo procurou resposta a um conjunto de questões, entre um universo muito alargado de possíveis variáveis que predizem o risco de reincidência, em população prisional já reincidente.

Partindo-se da teoria de Walters, do estilo de vida criminal e com o pressuposto que aquela teoria obteria elevada correspondência em população prisional reincidente no crime de roubo, concluiu-se que dos 77 indivíduos que constituíram a nossa amostra, identificam-se com um estilo criminal 60 indivíduos e não se identificaram com aquele estilo 17.

A investigação realizada permitiu concluir que quanto maior é o nível de risco de reincidência, maior é propensão para o estilo de vida criminal.

A partir de variáveis, que consideramos como fortemente preditoras, do risco de reincidência daquela amostra, tendo-se presente a sua identificação ou não com o estilo de vida criminal, testou-se o risco de reincidência em função do número de condenações anteriores, do número de crimes pelos quais o indivíduo está em cumprimento de pena e pelo número de medidas disciplinares que o indivíduo, ao longo do seu percurso prisional, foi sujeito.

Os resultados obtidos, ao nível da comparação dos valores médios com os pontos de corte, do instrumento de mediação do risco de reincidência, indiciam haver risco significativo de reincidência, daquela população em função daquelas variáveis.

Contudo, correlacionando-se os valores totais, resultantes do instrumento, com os resultados daquelas variáveis apenas se torna estatisticamente significativa a associação com a variável número de condenações anteriores.

A não verificação de associação significativa nas outras variáveis coloca-nos algumas questões, podendo-se admitir que tal resulta de deficiências metodológicas, a não validação do instrumento (LSI-R) à população portuguesa ou ainda a reduzida dimensão da amostra utilizada.

A investigação assume alguma frustração pelos resultados obtidos, porquanto as expectativas resultantes da forte identificação da população alvo com o estilo de vida criminal, faziam supor que as dimensões psicológicas subjacentes àquele estilo de vida,

identificadas pelo autor, associada à sua história de vida, marcada por anteriores reclusões, detenções e vivências em meio prisional problemáticas, conduziriam a risco significativo naquelas variáveis estudadas.

Conclusões e implicações do estudo

O presente estudo, realçou de imediato a necessidade da validação dos instrumentos utilizados à população portuguesa, permitindo-se dessa forma fazer inferências com maior grau de certeza. A investigação já efetuada por Neves (2009), constitui um excelente princípio que seguindo as sugestões daquela autora devem prosseguir.

Para além da validação à população portuguesa dos instrumentos, merece-nos uma consideração a desatualização das variáveis do primeiro instrumento que a investigação utilizou, o LCSF-R, claramente desajustas, ao pontuar na dimensão “auto-indulgência – aspeto físico”, número de tatuagens, questão que inflacionou o número global de indivíduos que se identificam com um estilo de vida criminal.

Constituindo a reinserção do recluso um dos principais objetivos deste estudo, impõe-se considerar o contributo fornecido para aquele fim.

Os resultados obtidos na variável que mede o percurso prisional associado à disciplina do recluso, seja o cumprimento das regras de disciplina, em cumprimento das obrigações estatuídas no art. 8º sob o título deveres do recluso, da lei nº 115/2009, de 12 de Outubro bem como a variável que mede a perceção dos reclusos face à supervisão (questão nº 54 do LSI), não tendo sido tratada quantitativamente no presente estudo, as respostas obtidas foram massivamente negativas, o que nos leva a sugerir a necessidade de proceder a futuros trabalhos de conceptualização de estratégias de intervenção em resposta à necessidade fundamental da futura inserção do recluso, algo que se acredita, será preocupação primordial com a concretização da fusão da reinserção social e do serviço prisional.

Acredita-se que o trabalho das equipas de intervenção que laboram junto da população prisional, devidamente enquadradas num projeto global de intervenção, proveniente da futura Direção Geral de Reinserção Social e Serviço Prisional, fazendo uso de instrumentos validados à população portuguesa (trabalho a fazer), constituindo saber fazer que conduza à mudança do paradigma da reincidência em Portugal e consequentemente ao sucesso de políticas integrativas dos ex-reclusos na sociedade

portuguesa, criando-se nesta, bases sólidas de apoio ao cidadão, ex-recluso, fundamentais para atingir aquele fim, será o caminho a trilhar.

Assumimos desde o início a importância de proceder a *follow-up*, da população da amostra, tendo identificado o período de dois anos como o tempo adequado para perceber a dimensão de eventual nova reincidência na nossa amostra.

Não ignorando a importância de o fazer, havendo arquivo da cotação nos instrumentos utilizados de cada um dos indivíduos da amostra, aquele *follow-up* poderá ser prejudicado pelos momentos muito distintos, temporalmente, da libertação dos elementos que compõem a amostra. Seguir o percurso de vida de cada um dos indivíduos nos dois anos subsequentes após a libertação, é a tarefa a que nos propomos e pese alguns deles estarem com elevadas condenações, havendo números significativos desse trabalho de acompanhamento, daremos conhecimento deles.

Referências bibliográficas

- Abdalla-Filho E. (2008). *Os transtornos de personalidade em psiquiatria forense*. A. C. Fonseca (Ed.), Psicologia e Justiça (177-198). Coimbra: Almedina.
- Agra, C. da, e Matos, A. P. (1997). Trajectórias Desviantes. *Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação e Combate à Droga.
- Albuquerque, P. (2004). O que é a política criminal, porque precisamos dela e como a podemos construir? *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 14, Nº 4 (435-452). Coimbra Editora. Texto da comunicação apresentada na conferência sobre "A reforma da justiça criminal em Portugal", organizada pelo Instituto Francisco Sá Carneiro no dia 24-11-2004.
- Almeida, M. (1971). O intervalo da reincidência após a libertação de um estabelecimento prisional. Separata do nº 26 do "Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia de Coimbra.
- Besemer, S.; Farrington, D. (2012). *Intergenerational transmission of criminal behaviour: Conviction trajectories of fathers and their children*. *European Journal of Criminology*, retirado de <http://euc.sagepub.com/content/9/2/120.abstract?etoc> em 15/05/2012.
- Bowlby, J. (1951). Maternal care and mental health. *World Health Organization Monograph*.
- Brookman, F. (2005). *Understanding Homicide*, (75-99). London: SAGE Publications Ltd.
- Clinard, M. & Meir, R. (2008). *Sociology of Deviant Behavior*, Terceira Edição (142-166). Belmont: Thomson Wadsworth.
- Clemente M. & Huaman S. (2009:217-242). Personalidades Violentas. Echeburúa E., *Psicología Pirámide*.
- CPP (Código Processo Penal). Retirado de <http://www.portolegal.com/CPPen.htm> em 05/07/2011.
- CP (Código Penal). Retirado de <http://www.portolegal.com/CPENAL.htm> em 05/07/2011.
- Código da execução das penas e medidas privativas da liberdade, lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro.

Damásio, A. (2003). *Ao Encontro de Espinosa – As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*. Lisboa: Europa-América.

Diário da República, 2.^a série — N.º 48 — 10 de Março de 2009) - Despacho n.º 7265/2009. Retirado de <http://dre.pt/pdf2sdip/2009/03/048000000/0925609258.pdf> em 24/05/2012.

Farrington, D.(2004). *O Estudo de Desenvolvimento da Delinquência de Cambridge: principais resultados dos primeiros 40 anos*. A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta*. Coimbra: Almedina.

Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 16^a ed. Petrópolis: Editora Vozes.

Fonseca A. C., Matos A. E Simões A. (2008). *Psicologia e Justiça: oportunidades e desafios*. A. C. Fonseca (Ed.), *Psicologia e Justiça* (3-35). Coimbra: Almedina.

Goffman, Erving (1999). *Manicómios, Prisões e Conventos*, Coleções Debates. Editora Perspetiva: São Paulo.

Gonçalves, R. A. (1999). *Psicopatia e processos adaptativos à prisão*. Braga, Centro de Estudos em Educação e Psicologia do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Gonçalves, R. A. (2002). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. 2^a ed. Ver. Coimbra: Quarteto Editora.

Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2005). A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 10 (1), 81-92.

Lei n.º 38/2009 de 20 de Julho. Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2009 -2011, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio (Lei Quadro da Política Criminal). Retirado de <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/2009/lei-n-38-2009-de-20-de> em 05/07/2011.

Hawkins, J. D. (1996). *Delinquency and crime: current theories* (268-314). Cambridge: Cambridge university press.

McGuire J. (2011). Redução da reincidência de ofensores adultos: uma revisão de métodos e resultados *Revista de reinserção social e prova Ousar Integrar*, Ano 4, Nº 8 (9-25). Ministério da Justiça, Direção Geral de Reinserção Social.

Moreira, S.J.J. (2008). Saída (Precária) Prolongada: uma aritmética do insucesso. In J.L.M.Rocha (Coord.), *Entre a Reclusão e a Liberdade Vol. II - Pensar a Reclusão*, (pp. 11-58). Coimbra: Almedina.

Negreiros, J.(2008). *Delinquências Juvenis: Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: Legis Editora.

Neves, A.C. (2009). *Reincidência em Comportamentos Criminais e Violentos: Caracterização e Avaliação do Risco*. Dissertação doutoral não publicada, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Patto P. V. (2008). *Reflexões sobre os fins das penas*. A. C. Fonseca (Ed.), Psicologia e Justiça (381-420). Coimbra: Almedina.

Redondo, Santiago (1993), *Evaluar e Intervenir en las prisiones: análisis de conducta aplicado*. Barcelona: Universitat.

Redondo, S., Sanchez-Meca, J., & Garrido, V. (1999). Tratamento de los delincuentes y reincidencia: una evaluación de la efectividad de los programas aplicados en Europa. *Anuario de Psicología Jurídica*, 11-37.

Relatório Anual de Segurança Interna (RASI – 2011) – Retirado de http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relatorio_anual_seguranca_interna.pdf, em 30/04/2012

Rocha, J. (2002). Perigosidade, Violência: Da Reinserção À Incapacitação. Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Ano 12, Nº 2 (265-278). Coimbra Editora. Texto da comunicação apresentada no 1º Congresso Internacional de Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante organizado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Maio de 2001, na Torre do Tombo, em Lisboa.

Santos, Boaventura S., Gomes, C., Almeida, J., Duarte, M., Fernando, P., Sousa, de F., Abreu, P. (2003). A Reinserção Social dos Reclusos, um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Séguin, R. J., Sylvers, P. e Lilienfeld, O. S. (2008). *A neuropsicologia da violência*. A. C. Fonseca (Ed.), Psicologia e Justiça (199-253). Coimbra: Almedina.

Wexler B. D. (2008). *Jurisprudência terapêutica*. A. C. Fonseca (Ed.), Psicologia e

Justiça. Coimbra: Almedina.

Storr, A. (1968). *Human Aggression*. London: Penguin Books.

Torres, A., Maciel D., Sousa I., Cruz R. (2009), *Drogas e Prisões: Portugal 2001-2007*, IDT, Lisboa.

Anexo A

Declaração de Consentimento para a Participação em Trabalho de Investigação Académica

a) Eu, _____, número _____ de identificação no estudo, declaro que aceito, de livre vontade, participar no trabalho de investigação com indivíduos reclusos no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, da responsabilidade do investigador Avelino Lima e da Universidade do Porto.

b) Declaro que autorizo o investigador e a equipa responsável da Universidade do Porto a utilizar os meus dados para efeitos da investigação, desde que respeitando a confidencialidade e anonimato dos mesmos.

c) Declaro que compreendi todas as condições relativas à participação neste trabalho de investigação.

_____, _____ de _____ de 2012.

(O participante)

(O investigador)